



# DIÁRIO

## da Assembleia Nacional

XI LEGISLATURA (2018-2022)

5.ª SESSÃO LEGISLATIVA

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 14 DE DEZEMBRO DE 2020

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Delfim Neves

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. Arlindo Barbosa

Elálcio da Marta

Adilson Managem

#### SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 14 horas e 50 minutos.

**Antes da Ordem do Dia.** Em declaração política, o Sr. Deputado Danilo Santos (MLSTP/PSD) referiu-se à escassez da água, como consequência da alteração climática no País. Congratulou-se com a aprovação e discussão na especialidade do pacote eleitoral, que permite a votação na diáspora.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira (ADI) prestou condolências ao Sr. Presidente da República pelo passamento físico da sua irmã.

Felicitou o Sr. Deputado Danilo Santos pela sua ascensão ao cargo de Líder Parlamentar.

Questionou ao Governo sobre o pedido efectuado para a realização de visitas de trabalho às instituições públicas, sobre o negócio da venda de acções da CST, sobre a política de nomeação de professores pela Ministério da Educação, bem como o paradeiro das notas de 200 dobras, agradecendo ao Ministro Cílcio Santos que leve a mensagem ao Primeiro-ministro. Referindo-se ao Sector da Saúde, apelou à utilização do fundo kuwaitiano na reconstrução do Hospital Ayres Menezes, o que mereceu explicações da Mesa.

Em assuntos de interesse político relevante, a Sra. Deputada Maria das Neves (MLSTP/PSD) manifestou a sua preocupação, relativamente à perseguição de que têm sido alvos políticos e aos procedimentos do arresto feito ao Deputado António Monteiro (MCI), e pela violação aos Estatutos dos Deputados. Felicitou o Sr. Hipólito pelo prémio internacional na preservação das tartarugas.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Levy Nazaré (ADI) apelou ao bom-senso na Casa Parlamentar, para não se tornar as reuniões plenárias num palco de acusações, chamando atenção aos direitos e deveres dos Deputados.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado José António Miguel (ADI) associou-se ao Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira (ADI), relativamente à falta de

resposta à solicitação feita ao Governo para visitas às instituições públicas. Criticou os procedimentos humilhantes pela justiça e EMAE devido à escassez de água em Mé-Zóchi, particularmente na Trindade e Monte Café e arredores.

Em assuntos de interesse político relevante, a Sra. Deputada Beatriz Azevedo (MCI), lamentou e repudiou a forma como o Sector da Justiça está a tratar o Deputado da Nação António Monteiro e o seu irmão Domingos Monteiro. Apelou aos órgãos de soberania a reverem esta situação.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Joaquim Salvador (ADI) criticou a forma como têm sido tratados os empresários que, por consequência da covid-19, têm os seus empregados em casa e não têm alternativas. Solidarizou-se com a Sra. Deputada Beatriz Azevedo (MCI).

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Carlos Pinheiro (ADI), criticou o facto de uma Deputada do seu Grupo Parlamentar não ter tomado posse. Chamou a atenção do Governo, devido às dificuldades por que passa a população da Região Autónoma do Príncipe, devido ao encerramento das instâncias turísticas. Questionou como suprir o desemprego.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Felisberto Afonso (PCD/MDFM-UDD) apelou à calma a todos os Deputados. Questionou o facto de a proibição da oposição de visitar as instituições.

Em interpelação à Mesa, o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira (ADI) propôs a aprovação final global do pacote eleitoral, para a reunião posterior, ao abrigo do Regimento da Assembleia Nacional, o que mereceu a resposta da Mesa.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD) manifestou o seu desagrado, quanto à decisão do Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira (ADI).

Por último, em cumprimento do Regimento da Assembleia Nacional, foi aprovado à alteração da ordem do dia para a reunião plenária do dia 15 de Dezembro do corrente ano.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 16 horas e 45 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 14 horas e 50 minutos.*

Estiveram presentes as seguintes Sras. e Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

**Adilson Cabral Managem**  
**Abnildo do Nascimento d'Oliveira**  
**Alda Quaresma da Costa D' Assunção dos Ramos**  
**Alexandre da Conceição Guadalupe**  
**Anaydi dos Prazeres Ferreira**  
**Arlindo Quaresma dos Santos**  
**Arlindo Ramos**  
**Bilaine Carvalho Viegas de Ceita do Nascimento**  
**Carlos Alberto Pires Pinheiro**  
**Carlos Vila Nova**  
**Celmira de Almeida Sacramento**  
**Esmaiel da Glória do Espírito Santo**  
**Idalécio Augusto Quaresma**  
**Joaquim Salvador Afonso**  
**Jorge Sousa Ponte Amaro Bondoso**  
**José António do Sacramento Miguel**  
**José da Graça Diogo**  
**Levy do Espírito Santo Nazaré**  
**Mário Fernando de Jesus Rainho**  
**Policarpo Viegas d'Oliveira Freitas**  
**Salcedas d'Alva Teixeira Barros**  
**Sebastião Lopes Pinheiro**  
**Silvestre Moreno Mendes**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

**Adelino Cruz José da Costa**  
**Adilson dos Reis Vaz**  
**Ana Isabel Meira Rita**  
**Ayza Fortes da Silva**  
**Cristina Maria Fernandes Dias**  
**Danilo das Neves dos Santos**  
**Elákcio Afonso da Marta**  
**Filomena Sebastião Santana Monteiro D'Alva**  
**Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos**  
**Hélder dos Santos Ceita Joaquim**  
**Iazalde Lopes do Sacramento Rita**  
**Jaime Pires Sequeira de Menezes**  
**José Rui Tavares Cardoso**  
**Jerónimo Lima Pires Quaresma**  
**Leonilda Maria Trovoada Pires dos Santos**  
**Ketty-Keila Neto da Silva Borges**  
**Maiquel Jackson do Espírito Santo**  
**Maria da Conceição Espírito Santo**  
**Maria das Neves Ceita Batista de Sousa**  
**Maurício Vera Cruz Afonso Rita**  
**Paula Maria Fonseca Tavares**  
**Raúl do Espírito Santo Cardoso**  
**Victor Tavares Monteiro**

Coligação PCD/MDFM-UDD:

**Arlindo Vicente de Assunção Carvalho**  
**Danilson Alcântara Fernandes Cotú**  
**Delfim Santiago das Neves**  
**Felisberto Fernandes Afonso**  
**Jamiel Joana Segunda**

Movimento de Cidadãos Independentes

**Beatriz da Veiga Mendes Azevedo**

O Sr. **Presidente**: — Está confirmada a presença de 52 Deputados na Sala.

Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: Como todos devem ter conhecimento, foram marcadas duas sessões plenárias: uma para hoje e outra para amanhã, sempre no segundo período.

Hoje, segundo período, por causa da chegada dos Deputados residentes na Região Autónoma do Príncipe. Amanhã, porque, no primeiro período, haverá sessão de uma Assembleia da AP-CPLP, via *online*.

Para hoje, temos um programa da ordem dos trabalhos, que peço ao Sr. Secretário da Mesa para apresentar.

O Sr. **Secretário** (Eláccio da Marta): — Vou proceder à leitura da ordem do dia dos trabalhos de hoje, temos 6 pontos:

«Primeiro, discussão e votação final global do Projecto de Lei n.º 21/XI/4.ª/2020 – Nova Lei Eleitoral.

Segundo, discussão e votação final global do Projecto de Lei n.º 20/XI/4.ª/2020 – Nova lei da Comissão Eleitoral.

Terceiro, discussão e votação final global do Projecto de Lei n.º XI/4.ª/2020 – Nova Lei do Direito de Sufrágio e do Recenseamento Eleitoral.

Quarto, discussão e votação final global do Projecto de Lei n.º 23/XI/4.ª/2020 – Nova Lei Quadro Eleitoral das Autarquias Locais.

Quinto, discussão e votação final global do Projecto de Lei n.º 24/XI/4ª/2020 – Nova Lei do Gabinete Técnico Eleitoral.

Por último, ponto 6 – discussão e votação final global do Projecto de Lei n.º 22/XI/4.ª/2020 – Nova Lei dos Partidos Políticos.

O Sr. **Presidente**: — Feita a apresentação dos pontos da ordem do dia para a nossa reunião de hoje, vamos iniciar o período prévio à ordem do dia, de acordo com o previsto no artigo 83.º do Regimento.

A Mesa não tem qualquer anúncio ou expedientes realizados para informar. A Mesa recebeu dois pedidos de intervenção, neste período, portanto, as declarações políticas do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD e seguido de assuntos políticos de interesses relevantes dos outros dois Grupos Parlamentares.

Portanto, estamos agora no período da declaração política, tem a palavra o Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Srs. técnicos de apoio, povo de São Tomé e Príncipe, saudação especial à nossa diáspora.

Sendo esta a minha primeira declaração política como Líder Parlamentar, agradeço a Deus pela oportunidade e que seja a luz que me guie e ilumine. Que São Tomé poderoso e Santo António conservem melhor a luz dos olhos, para observarmos a beleza da criação e nos abram as portas da prosperidade para todo o povo de São Tomé e Príncipe.

Agradeço ao meu MLSTP/PSD e aos meus colegas Deputados do Grupo Parlamentar, pela confiança.

Vivemos momentos conturbados, a pandemia nos obriga a medidas especiais e algumas particularmente duras. É nosso dever e obrigação convertermos as dificuldades em ganhos substanciais para São Tomé e Príncipe. Neste particular, a melhoria do Sector de Saúde terá que ser o nosso foco, para melhor cuidarmos do nosso povo.

Independentemente da pandemia, não podemos atribuir menor importância à situação climática. Vimos, no entanto, a redução acentuada de água nas nossas torneiras, como consequência da diminuição da capacidade das nascentes, pelo que todos temos que nos empenhar na busca de solução, incluindo as águas de superfície, os rios.

Aproveitamos a ocasião para enaltecer o Governo, pela mudança significativa do rosto da nossa cidade e apelar para que continuemos nesta direcção e que tão rapidamente quanto possível possa ser visível a requalificação da nossa Marginal, porta de entrada do nosso país.

Em 2 anos, o Governo, sabiamente liderado pelo Primeiro-Ministro, Jorge Lopes Bom Jesus, evidencia uma magnífica folha de serviços no que tange a realizações positivas.

Apelar igualmente ao Governo para que continue tomando medidas para o aumento da produção e produtividade, para que com a protecção e bênçãos Divinas juntos possamos melhorar a vida da nossa população.

Hoje, apreciaremos os relatórios do pacote eleitoral e, conseqüente, votação. Com este pacote, finalmente, a nossa diáspora, em caso de aprovação, como esperamos, passará a ter maior participação

na vida política, podendo eleger e ser eleita, nas eleições legislativas. Finalmente, a promessa que todos os partidos está a cumprir-se.

Foram saneadas eventuais inconstitucionalidades, levantadas por muitos, mas que não é consensual, pois uma outra parte entende que não havia inconstitucionalidade, ou seja, eram constitucionais as reclamações.

É alta a importância da inclusão nos projectos dos partidos políticos, da protecção das mulheres, na feitura das listas.

Muito obrigado.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

O Sr. **Presidente**: — Não havendo mais intervenções para este período de declarações políticas, passemos a intervenções sobre assuntos de interesses relevantes. Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Antes de entrar na abordagem dos assuntos políticos de interesse relevante que trago para esta reunião, gostaria de, em meu nome, em nome do Grupo Parlamentar do ADI e em nome do Partido ADI, endereçar a Sua Excelência o Sr. Presidente da República, Evaristo do Espírito Santo Carvalho, as mais profundas condolências, pela morte da sua querida irmã.

Em segundo lugar, em nome do Grupo Parlamentar do ADI, felicitar e desejar boa sorte ao Sr. Deputado Danilo Santos, pelas funções de Líder Parlamentar do MLSTP/PSD e que dê boas e oportunas contribuições para o bem da Casa Parlamentar e para a Nação.

Sr. Presidente, eu elenquei um conjunto de situações, tenho cá seis situações, mas, primeiro, eu já falei pessoalmente com Sua Excelência o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, que é um jovem, e todos nós jovens desejamos que o País ande nos carris e que as velhas práticas não sejam por nós implementadas; digo aquelas velhas práticas que imperam o bom funcionamento das instituições e o bem-estar de todo o povo são-tomense.

O Grupo Parlamentar do ADI, ao abrigo do Regimento, o Estatuto dos Deputados e também da Constituição, querendo exercer a sua função, neste caso os Deputados, solicitou visita, ou melhor, informou ao Governo da sua pretensão de fazer visitas a vários organismos do Estado. Estando na véspera da discussão e aprovação do Orçamento, queremos ter mais elementos para poder discutir o Orçamento, mas, há mais de 1 mês, o Governo não responde ao Grupo Parlamentar do ADI. O Sr. Ministro, em Conferência de Líderes, explicou que da sua parte fez tudo, e confirmo que fez, deu as diligências, para informar os respectivos sectores. Agora, os respectivos colegas Ministros e o Sr. Primeiro-Ministro impedem o ADI de fazer visitas. Isto não é democracia! Isto não é quem está aqui, dizendo: «a contribuição é aqui!» Enquanto nós estamos aqui, querendo dar contribuição, não nos permitem dar contribuição. «Aqui, vem lutar aqui!» Quando o outro está a pôr o pé para vir lutar aqui, já começam a criar lei: «hei, o senhor não vem aqui!»

Sr. Ministro, mais uma vez, dizer a Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro que se está de boa fé, para permitir que os Deputados do ADI possam efectuar visitas ao Hospital, ao Liceu Nacional, à ENASA, à ENAPORT e às outras instituições que nós solicitamos, para o bem da democracia.

Dito isto, Sr. Presidente, caras Deputadas, caros Deputados, preocupa-nos a todos a situação da Saúde. E o Governo ainda continua a contar-nos histórias.

O País não tem dinheiro e, por alguma razão, um governo ou alguém conseguiu para o Estado são-tomense uma ajuda financeira de 17 milhões de dólares, para reconstruir um hospital, nós até hoje ainda estamos a assistir a histórias e mais histórias, e estamos aqui a dizer que estamos a trabalhar para o povo. E o povo está a morrer!

É verdade que em 2 anos de governo não teríamos o hospital, mas pelo menos a obra teria iniciado. Daqui a 2 anos já teríamos o hospital. Porque, se começar daqui a 1 ou 2 anos, só teremos o hospital daqui a 4 anos. Quanto sacrifício, quanto tempo ainda precisamos esperar, quando já existe financiamento?

O que se passa, meus senhores? Isto não nos toca? Não nos toca a nenhum de nós! A mim, me toca. Como político, eu também levo um ónus da culpa, por não fazer nada! Aliás, o País ficou assim: todo o político agora é desgraçado, é corrupto. Por causa de um, todos pagam! Todos os dirigentes políticos são pedófilos! Por causa de uns, todos pagam, porque a justiça no País não funciona. Para pormos cada um no seu lado, para chamarmos cada boi pelo seu nome. Aqui, basta chegar a ser político, chegar a ser ministro, é corrupto; chegar a ser deputado, é pedófilo! A justiça tem que fazer a sua parte, para limpar o bom nome das pessoas. Todas as pessoas neste país não são corruptas! Todos os ministros não são corruptos! Todos os deputados não são pedófilos.

A Educação, é triste! Que País nós estamos a construir?! O sistema de ensino degradou-se, e temos um Primeiro-Ministro que foi ministro da Educação e se fala aí na praça que foi um dos melhores ministros da Educação. Talvez porque não tomava medidas, deixava tudo andar? E o são-tomense gosta muito de deixar tudo andar. Quando um dirigente deixa tudo andar, é excelente dirigente! Quando um dirigente tem mão firme, ah, não, esse é ditador! E temos a Ministra da Educação que foi professora, foi, inclusive a minha professora, e eu também, antes de sentar aqui, fui professor. Tenho filha na escola, no secundário,

tenho um menino de 6 anos, no primário. O que é que as crianças estão a aprender, meus senhores? Estão a dar horários a pessoas que terminaram o 11.º ano, há 5, 6 anos, que foram à sua vida, sem desprimor por aquilo que a vida reservou a cada um: quem foi a *vinhanteiro*, foi, quem foi a motoqueiro, foi, quem foi partir pedras, foi, quem foi ser pescador, foi, quem foi a taxista, foi. Muito bem! Ganhar a vida com dignidade para pôr sustento em casa.

Mas essas pessoas desligaram-se dos livros, desligaram-se dos manuais, das letras, dos números. Os camaradas ganharam as eleições, essas pessoas estão a dar aulas. O que é que estão a ensinar às crianças? E se me desafiarem eu trago com números, escolas e tudo! É triste! E todos nós aqui sentados sabemos disso. E estamos a construir o País! Podemos fazer hospitais, fazer postos, fazer pontes, como disse o Primeiro-Ministro, está a fazer pontes para ligar a nova geração, não há nenhuma obra que se possa fazer, para engrandecer o País. O primeiro investimento é nos homens. E todos nós temos a consciência disso, Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados.

Temos que chamar à responsabilidade, porque dizem que os Deputados estão lá, todos estão, mas não estão a fazer nada. A maioria está a defender isso! Vocês, a maioria, estão a defender isso! O Sistema de Saúde está a degradar-se, o Sistema de Educação está a degradar-se e vocês, a maioria, estão a defender isso!

Termino com duas notas que eu preciso de esclarecimento. Há um negócio, do qual a CST, ouve-se por aí, o Estado são-tomense tem participação, é o povo são-tomense que também é accionista da CST e nós não sabemos o que se está a passar. Só vimos uma OPA, uma oferta pública, um grupo de cidadãos veio aqui anunciar, mas o Governo não informa nada. Está tudo à calada da noite, está tudo às escondidas. Como accionista, eu também quero saber o que se está a passar, o que é este negócio, qual é a vantagem que traz, qual é a venda, quem são os interessados, quanto é que custam as acções. O povo precisa saber quais são as suas vantagens com esse negócio. O Estado também está aí! É uma das grandes empresas. Se há negócio, não pode ser tudo às escondidas.

Quanto ao Banco Central, eu gostaria de perguntar aos Deputados, sobretudo alguns que fizeram muitas histórias sobre as notas de 200 dobras, o que foi feito com as notas de 200 dobras. O povo já sabe o que foi feito com as notas de 200 dobras? Queimaram as notas de 200 dobras que recolheram? Quando é que as queimaram? Onde é que estão? Querem emitir novas moedas, porquê? Quanto é que vai custar ao Estado.

Ah, estão a dizer que eu sei. Eu quero explicação aqui. Quem tem explicação, que venha dar aqui! Nós precisamos saber quanto é isto tudo vai custar ao Estado são-tomense. E eu estou a falar de coisas sérias!

Portanto, Sr. Presidente, aqui eu confesso, publicamente, a todos que me segue, estou na política, quero dar a minha contribuição para o meu País, mas, é como água, não posso estar satisfeito, enquanto, ainda me considero jovem, com o estado das coisas! É verdade que amanhã eu também serei culpado, mas nós temos que dizer, em termos percentuais, quem é mais culpado.

O ministro Olinto Daio tinha todos os defeitos que tinha, mas havia disciplina! Há professores que não sabiam escrever sumários, e o ministro assinalava. Então, o ministro é ditador. Agora, professores que não sabem escrever sumários!? Desculpem, professores, não estou a falar para todos, mas há professores que foram integrados, que não sabem nada. Há professores que estão a chamar outros colegas para irem dar a disciplina de matemática. Está a leccionar, mas não consegue. Senhores, a coisa é grave!

Eu fico por aqui, obrigado.

*Aplausos do ADI.*

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

Estão abertas as inscrições.

Sobre o pedido para a visita dos Deputados do Grupo Parlamentar do ADI, quero deixar claro que a Mesa não tem conhecimento. A Mesa não tem conhecimento.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Protesto.

O Sr. **Presidente**: — Protesto?

Tem a palavra.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Estranha-me muito. Sr. Presidente, com todo o respeito que eu tenho para consigo, vamos fazer política e assumir as nossas responsabilidades! O Estado é pessoa de bem e quem está no Estado tem que ser pessoa de bem. Nós, Grupo Parlamentar do ADI, entendemos que para qualquer comunicação ou solicitação de visita, através de Governo, vínhamos pela Mesa da Assembleia. Em um dado momento, na Conferência de Líderes ou Comissão Permanente, decidiu-se que o Grupo Parlamentar pode fazer directamente...

O Sr. **Presidente**: — Decidiu-se?

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — ...e nós fizemo-lo, directamente, e com cópia para o Sr. Presidente. Fizemos uma carta, há uma cópia que nós demos ao Sr. Presidente. E eu vou pedir ao meu Grupo Parlamentar e aos Serviços para me darem a cópia que nós demos informação ao Sr. Presidente, pedindo a cobertura dos serviços de comunicação da Assembleia Nacional.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — A Mesa tem direito a contraprotesto. A Conferência de Líderes não decidiu absolutamente nada, porque o Regimento diz claramente como é que se procede, um.

Dois, a Mesa recebeu uma comunicação do Grupo Parlamentar, pedindo cobertura para uma determinada visita. Nós tínhamos que receber o pedido de visita e informar ao Governo, para o agendamento, e assim solicitar também a cobertura televisiva.

Se entender que esse expediente servia para comunicar e agendar, então houve qualquer equívoco da vossa parte.

Que fique bem claro, dar sem efeito.

Mais alguma questão?

Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu trago dois assuntos que eu considero de interesse relevante. O primeiro julgo que deve interessar a todos nós Deputados.

Sr. Presidente, eu ainda me lembro, na legislatura anterior, houve uma das sessões plenárias, em que o Sr. Presidente, enquanto deputado, foi ao pódio manifestar a sua preocupação, devido à perseguição de que estava a ser vítima, com o sistema judicial a querer arrestar os seus bens. Na altura, eu fui uma das vozes que se ergueu, no pódio, para condenar aquela situação, porque julgo que, enquanto deputados, há procedimentos para se poder fazer arresto, ou perseguir qualquer deputado. E porque não pode haver dois pessoas e duas medidas, nem pode haver deputados de primeira e deputados de segunda, esta é uma palavra para poder manifestar a minha preocupação em relação ao que aconteceu recentemente, com arresto de bens de cidadãos, incluindo um Deputado da Nação. Na revisão na lista de presença, foi mencionado António Monteiro como Deputado. Não está na Sala, certamente ficou em casa e tem falta.

Sr. Presidente, diz o Estatuto dos Deputados, no seu artigo 11.º, sobre a inviolabilidade, salvo em caso de flagrante delito e por crime punível com prisão maior, ou por consentimento da Assembleia Nacional, ou da sua Comissão Permanente, os deputados não podem ser perseguidos ou presos, por crimes praticados, fora do exercício das suas funções. Sr. Presidente, o Sr. António Monteiro é um Deputado, e eu julgo que a Assembleia deveria pronunciar-se sobre essa situação, ou a Comissão Permanente, tal como diz a Lei. Fomos todos surpreendidos com o arresto de um Deputado e também dos seus familiares, sem que nenhum procedimento tivesse sido cumprido.

Eu quero manter essa minha preocupação e lamento essa situação, porque qualquer um de nós Deputados também está sujeito a isso. Abre-se um precedente que agora não vale a pena ouvir a Assembleia, nem as Comissões Permanentes, para que Justiça possa actuar perante um deputado. Eu julgo que isso deve constituir matéria para a nossa reflexão.

A segunda questão que eu gostava de levantar aqui é uma homenagem a um cidadão comum que alguns conhecem, se calhar muitos não conhecem, outros devem ter conhecido recentemente, que é o senhor Hipólito de Araújo Quaresma Lima, mais conhecido por Chido, que foi vencedor de um prémio. Este senhor Hipólito, desde 1993, começo a proteger as tartarugas. Eu me lembro quando o Governo decidiu adoptar medidas para que se deixasse de pescar ou comer tartarugas, muita gente se revoltou, sobretudo, os que tinham a questão de tartaruga como profissão, e o senhor Hipólito Lima foi um dos que foi muito condenado, muito sacrificado, mas ele foi perseverante. Com resiliência continuou a prestar o seu trabalho e hoje foi reconhecido a nível internacional, com um prémio que, portanto, merece destaque.

Daí que eu gostava de, neste pódio, felicitar Hipólito Lima pelo trabalho que tem feito para a protecção das tartarugas marinhas, e desejar que continue a fazer esse trabalho, para o bem de São Tomé e Príncipe.

Muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sra. Deputada, Maria das Neves.

Já que fez uma intervenção dirigida à Mesa e tendo em conta os contornos desta decisão especial, tentando envolver pessoas que nada têm a ver com este assunto e a forma como a Sra. Deputada dirigiu-se à Mesa, pode ficar algum entendimento de que a Mesa não fez absolutamente nada, em defesa do seu par, não é verdade tudo quanto disse. Em primeiro lugar, este senhor de que está cá a falar, quando levantou a questão na plenária, foi ele que levantou a questão, quero dizer que a Mesa nada fez, no passado, em defesa desse deputado. Está cá na Sala o ex-Presidente, pode confirmar. A Mesa nada fez sobre isso.

Dois, nós não recebemos qualquer reclamação do Deputado António Monteiro, por ter sido perseguido pela Justiça, violando a Constituição e as leis, mas mesmo assim, oficiosamente, o Director de Gabinete me informou, tentámos saber o que se passava, envolvemos os Deputados da 1.ª Comissão, para analisar a questão, oficiosamente, porque não recebemos nada, de forma oficial. Que fique bem claro! E a conclusão

a que a 1.<sup>a</sup> Comissão chegou é que, tendo em conta a sensibilidade do processo, não se enquadra naquilo que está na Constituição. Que fique bem claro!

Eu não sei perseguir ninguém e nem dou troco!

**Uma voz do ADI:** — Será?

O Sr. **Presidente:** — Se estivesse a dar troco, quem está aqui dizer «será» era capaz de dizer é verdade, ele não dá troco.

De certeza que não dou! Há muita gente aqui na Sala que sabe que eu não dou troco! Se quiserem dizer, sejam conscientes e venham dizer.

Eu não dou troco a ninguém, e quero, já agora, dizer que eu tenho estado no silêncio sobre alguns alaridos nas redes sociais, com o meu nome, porque eu sou filho de Deus! Eu acredito em Deus e tenho muito boa fé! Todos aqueles que pensam mal de mim, já há prova disso, são os primeiros a sofrerem.

*Risos e murmúrios.*

Estou a falar para o público, sim. Quando foram construir cadeia para Delfim, quem deu dinheiro para constituir cadeia foi lá primeiro. É mentira?

*Risos.*

Pois, foi estrear primeiro! Por isso, eu não faço nada de má fé contra ninguém, porque o dia de amanhã só Deus tem.

Que fique bem claro, muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, eu só pedi a palavra, para pedir à Mesa para evitar, é um pedido que eu faço, que transformemos uma reunião solene, entre aspas, uma reunião plenária, em acusações, respostas e coisas que não correspondem à verdade e que não dignificam a Casa Parlamentar. Como eu peço a Mesa, também peço a todas as Sras. e Srs. Deputados, para sermos mais cautelosos nas nossas intervenções públicas, aqui.

Dizer também que há muita maldade, cada dia acrescenta neste País, e se nós continuarmos com isto, ninguém escapa. Se nós não pararmos, já venho há muito tempo dizendo isto, estamos a entrar num caminho perigoso, não estamos a dar conta disto, ou estamos a dar, mas nada fazemos para mudar o rumo das coisas. Que ninguém pense que sairá ileso disto!

Infelizmente, pela minha postura, nos últimos tempos, em relação à minha pessoa e o meu partido ADI, há pessoas que tentam a todo custo colar-me a certas coisas que estão a acontecer no País. Bom, já falam que eu fui comprado pela nova maioria, que eu fui comprado por Bom Jesus, que eu fui comprado por Delfim Neves, etc., etc. Mas quero dizer às pessoas que essas coisas não me incomodam. Se eu aguentei 2 anos, de 2012-2014, com tudo que estava a apontar para mim, na altura da chamada Tróica, não são esses sequazes ou detractores que vão tirar-me o sono.

Isso para dizer que mesmo isso que aconteceu agora com os irmãos Monteiros, já vieram dizer que eu estou por detrás, mas isso não me tira o sono.

Sr. Presidente, eu sou membro da 1.<sup>a</sup> Comissão Especializada, é verdade que nem em todas reuniões estive presentes, e não estive em todos os momentos, mas, enquanto membro, nas reuniões em que eu estive presente, em nenhum momento chegou a nós algo para nos pronunciarmos sobre a questão de um Deputado. Talvez pode ser um ou outro Deputado que faz parte da 1.<sup>a</sup> Comissão, mas não 1.<sup>a</sup> Comissão, enquanto órgão da Assembleia. Os meus colegas da Comissão poderão ajudar-me, é possível que eu não tenha estado presente naquela reunião, mas não tenho conhecimento.

É isso que eu gostaria de dizer.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro, boa tarde.

Eu tomo a palavra para dizer que me dá impressão de que a coisa está a complicar-se.

O Grupo Parlamentar do ADI, na verdade, fez o pedido de uma visita a algumas instituições públicas, o assunto foi abordado na Conferência de Líderes e o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares teve a ocasião de justificar, dizendo que de facto ele fez a sua parte, mas não sabia exactamente o que se estava a passar, e o Presidente da Assembleia diz que a Mesa da Assembleia não tem conhecimento. Quer dizer, eu acho que há qualquer coisa que não está a funcionar muito bem na nossa Casa Parlamentar.

Outra questão, é o Presidente da Assembleia dizer que falou oficiosamente sobre a questão do Deputado António Monteiro, e o único Jurista da Comissão diz que, nem oficiosamente nem oficialmente, não tem conhecimento. Quer dizer, eu não sei quais são os juristas que a 1.<sup>a</sup> Comissão tem, que poderia ajudar a 1.<sup>a</sup> Comissão a gerir essa situação e ter informações.

Para dizer que de facto algo vai muito mal. Eu acho que o Sr. Presidente da Assembleia é alguém que ficou muito tempo cá na Casa Parlamentar como Deputado e muitas vezes tem vontade, apetite, de participar no debate, e algumas coisas escapam. Eu acho que é isso que está a acontecer.

Sr. Presidente, o Regimento é claro, quando o Sr. Presidente quiser fazer uso da palavra, nós temos dois Vice-Presidentes e Deputados mais velhos na Sala, por isso, eu acho que o apetite de debate nas sessões parlamentares nunca estará em causa, é muito normal.

Mas eu venho falar outra vez sobre a questão dos Monteiros, porque eu acho que isso é muito grave. Há uma onda de perseguição no nosso país, sobretudo estão a usar a Justiça para perseguir, para atacar, para silenciar, para amedrontar, e isso é muito grave, para quem diz que um dos pilares que tomou em mãos para alavancar o País é a questão da Justiça. Eu não estou a ver nada disso, e acho que isso vai de mal a pior. Nós falamos da questão da saúde, mas na questão da Saúde, Justiça e Educação, eu acho que estamos mesmo de rasto, não há de facto nenhum pelouro deste Governo, para se dizer que de facto o Governo está a fazer alguma coisa.

Está tudo mesmo de mal a pior, é muito grave, que Deus nos acuda, porque a situação está muito complicada!

Relativamente a saúde, há doentes a fugirem no hospital de campanha. Eu tenho prova de uma doente que fugiu do hospital de campanha. Não sei que tipo de segurança há lá, eu não sei o que se passa. Quer dizer, eu acho que nós estamos muito mal, e se nós de facto estamos a governar o País, nós temos que ter muito cuidado ao dizer para cá e para lá fora que estamos a governar o País como deve ser.

Eu peço aqui ao Governo, à nova maioria que já está a ficar velha para parar com a onda de perseguição, porque isto é muito, muito e muito grave.

É verdade que também tem graça que quando as coisas acontecem, há sempre um ou outro que diz que não tem nada a ver com isso, não é nada consigo, não fez nada, não meteu lá as mãos, mas quem está em São Tomé e Príncipe, e não só, hoje com as redes sociais, sabe exactamente quem é quem neste país; sabe quem põe as mãos nas coisas, sabe quem dá ordens, sabe quem está no comando, sabe tudo deste país. E as pessoas conhecem São Tomé e Príncipe. Nós temos um país pequeno e nós sabemos de facto quem são as pessoas que estão a tomar conta disso, e como estão a tomar. Quais são os propósitos nós todos sabemos, e quem de facto não quer acreditar, pode ver o que vai acontecer daqui a nada, se tiver que acontecer a questão do pacote legislativo. Se calhar a única coisa que resta é o Presidente da República, se isso for aprovado, dizer que não, é preciso que uma lei como a Lei Eleitoral, por exemplo, tem que merecer consenso nacional, obrigatoriamente.

Para verem que há muita coisa neste país que de facto está mal.

A terceira questão que me traz aqui, eu gostaria de me dirigir aqui agora ao Governo, particularmente à Direcção da EMAE. Gostaria de pedir aqui à Direcção da EMAE para suspender a cobrança de água aos moradores da cidade da Trindade e arredores. Há 4 meses que 90% da população da Trindade não tem água, e eu acho que nós não podemos estar a pagar um serviço que não temos.

Daí que eu gostaria de pedir ao Governo, particularmente à Direcção da EMAE, que suspenda a cobrança de água à população da cidade da Trindade e arredores. Se houver outras comunidades com a mesma situação, que façam a mesma coisa, porque não podemos estar a pagar um serviço que não temos. Há muito tempo que não há água a escorrer nas torneiras das pessoas que moram na cidade da Trindade e arredores.

Muito obrigado pela vossa atenção.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado José António Miguel.

Pese embora o apelo do Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré, a Mesa vê-se no direito de esclarecer, regimentalmente, o que está escrito. O Regimento só proíbe os Membros da Mesa de participarem no debate. É o que está escrito. Não os proíbe de se pronunciarem. Se não se pronunciarem, não conseguem dirigir. A Mesa tem que se pronunciar, tem que orientar, tem que esclarecer. Agora, se quiser participar nos debates, aí sim, e eu não tenho receio disso, e sabe disto.

Mas uma coisa é certa, quando quiser pronunciar sobre o Regimento, tem que dizer qual é a parte do Regimento que se está a violar, porque para quem não conhece e está em casa a nos seguir, fica com a impressão de que há uma violação, o que não é verdade. Não é verdade aquilo que disse.

E nós não estamos no período do debate. Não é debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Sr. Presidente, Caros Colegas Deputadas e Deputados, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, boa tarde.

Eu tomo a palavra neste período, para protestar, repudiar, tudo aquilo que estão a fazer com os cidadãos são-tomenses, nascidos na zona Sul do País, António Monteiro e Nino Monteiro. Estão a ser perseguidos sim, estão a ser ameaçados, sim.

arrebentaram o portão da casa do Nino Monteiro...

**Uma voz:** — Com mareta.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — ...arrebentaram a porta que dá entrada à sua casa. Eu estive lá, fui impedida de entrar. Todos os familiares foram proibidos de entrar. Colocaram polícias tipo ninja, com a cara toda tapada, com bastão, com aquela chapa, como se estivamos em guerra.

Com a idade que eu tenho, meus colegas Deputados, meus senhores, nunca vi, em São Tomé, o que fizeram com os irmãos Monteiros! Nunca vi!

A nossa lei dos Tribunais, no artigo 120.º, estou a falar para a povo de Caué perceber aquilo que a nossa lei nos diz, em caso dos Tribunais. Função Jurisdicional. «Os Tribunais são órgãos de soberania com competência para administrar a justiça em nome do povo». Eu quero perguntar, a justiça que está a ser feita é justiça em nome do povo? O Tribunal agora virou lugar onde pai, mãe, filhos e filhas todos trabalham, e a filha toma posição em nome do pai? Daquilo que nós sabemos do processo Rosema, é vingança ou não é vingança?

**Uma voz do ADI:** — É mais do que vingança.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — É humilhação ou não é humilhação, minha gente?

A nossa Lei sobre os direitos fundamentais da vida humana (Constituição da República), no artigo 7.º diz: «O Estado de Direito Democrático implica a salvaguarda da justiça e da legalidade como valores fundamentais da vida colectiva».

No artigo 10.º alínea b) diz: «Promover o respeito e a efectivação dos direitos pessoais, económicos, sociais, culturais e políticos dos cidadãos.» Isto tem sido cumprido?

**Uma voz do ADI:** — *Alguma vez? Interesse.*

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Ainda nos direitos fundamentais, o artigo 1.º ponto 1 diz: «A República Democrática de São Tomé e Príncipe é um Estado soberano e independente, empenhado na construção de uma sociedade livre, justa e solidária, na defesa dos Direitos do Homem e na solidariedade activa entre todos os homens e todos os povos». Isso tem acontecido? Tem acontecido, minha gente?

Às vezes eu me pergunto, mas porquê? Por que é que os estrangeiros vindos de Cabo Verde, Angola, Moçambique vieram prestar serviço e lutaram para a independência de São Tomé e Príncipe? Para hoje os seus filhos, principalmente os filhos dos cabo-verdianos, estarem a passar aquilo que estão a passar!? Acham isso justo? Acham isso justo, minha gente? digam-me. É justo? O que estão a fazer com os irmãos Monteiros é justo? Por que é que os nossos pais procuraram o destino São Tomé e Príncipe?

Só se vê isso nesta República Democrática de São Tomé e Príncipe. Nós temos informações dos filhos de cabo-verdianos que estão espalhados por todo mundo, nunca sofreram aquilo que nós estamos a sofrer. E eu hoje vim de luto, – já não tenho mãe nem pai nem tio, não tenho ninguém – para repudiar categoricamente o que têm estado a fazer com os descendentes cabo-verdianos. E pedir à Embaixadora de Cabo Verde que conceda uma audiência connosco, todos os filhos de cabo-verdianos, todos, de Caué a Paguê, para sabermos afinal de contas onde é que estão os nossos direitos.

São situações em que se pode dizer, hoje está a acontecer com os irmãos Monteiros, eu estou livre. Não está!

É muito triste, onde nós nascemos, não termos protecção.

O António Monteiro, na Quarta-feira, foi interpelado pela polícia, na praça, pedindo-lhe carta de condução, livrete, registo de propriedade. Um Deputado! E queriam confiscá-lo o carro na praça. Ele tinha que apelar para o acompanharem até a casa, para ir deixar as coisas dele que estavam no carro, porque ele não podia ficar na praça e ir para casa a pé. Pediu aos polícias que o levassem para casa e depois lá lhes entregaria o carro.

Como é possível, minha gente?

Porque nós somos de roça, chamam-nos atrasados, gente de roça. Nós somos de roça sim, com todo orgulho! Eu digo todos os dias, se for para vir ficar na cidade, em cima do outro como se fosse pedra, eu prefiro estar na roça, porque eu preciso de ar livre. Eu nasci livre e é com essa liberdade que eu quero aqui pedir ao Tribunal, ao Presidente da República, ao Governo e à Assembleia Nacional, para pensarem no País. Pensem no desenvolvimento, pensem na luta que os filhos de estrangeiros fizeram, para que hoje, de forma legal, nós sejamos livres e independentes. Eles também, os nossos pais, trabalharam, lutaram. Por que é que hoje nós somos discriminados? Porquê?

Os filhos de António e Nino Monteiro estão a sentar no chão, estão a fazer as refeições no chão. Alguém tinha que pegar as coisas, para poder entregar-lhes.

Eu quero aqui perguntar, para onde foram aqueles bens? Para a casa de cada um? Como é possível? Não pensaram nem nas crianças. Depois amanhã dizemos que as crianças também têm direito. Estão a fingir.

Pedem apoio para a luta contra a pobreza, o Distrito de Caué é o distrito mais pobre do País. Quando os parceiros dão o dinheiro, nem centavo vai para Caué, para poder desenvolver o distrito, sair da pobreza em que está, ao longo dos anos, desde da independência até o santo dia de hoje. E nós estamos sempre a dizer que todos somos iguais, todos temos os mesmos direitos, todos temos os mesmos deveres. Isso é verdade? Para alguns, sim.

Fico por aqui.  
Muito obrigada.

*Aplausos do Deputado do MCI e do ADI.*

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sra. Deputada Beatriz Azevedo.  
Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Salvador.

O Sr. **Joaquim Salvador** (ADI): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Muito boa tarde.

Eu agradeço, estou extremamente satisfeito por voltar a me encontrar aqui com os meus colegas e, enfim, estou satisfeito por saber que ainda há pessoas corajosas, para virem a tribuna falar em nome do povo.

O que me traz aqui acho interessante, nos assuntos relevantes, porque tanto como já foi dito aqui, está-se a viver momentos extremamente difíceis em São Tomé, lamentavelmente. E nós como representantes do povo, o povo nos pede, e esta é a ocasião de poder transmitir um sentimento também que vem do povo. Porque num passado recentemente ouvia-se aqui que se está a matar todos empresários em São Tomé e Príncipe. Mas hoje já não se está a matar só os empresários, está-se a enterrá-los vivos, antes de morrer. Nós somos representantes dos empresários, já não existe empresários são-tomense aqui neste país, meus senhores. É triste!

Eu trago aqui alguns documentos, nomeadamente alguns contractos. A empresa ECIM é uma empresa de são-tomense, trabalha com são-tomenses e em São Tomé e Príncipe. Tem uma obra, como qualquer outros empresários tiveram, mas desde 2017 essa empresa diz que, porque a iniciativa não foi desta governação, lamentavelmente, tem as obras completamente paradas, todos os empregados foram para casa, quando nós ouvimos do Sr. Primeiro-Ministro que vai restituir a dignidade a todo povo são-tomense. Todos esses desempregados estão em casa.

Essa mesma empresa tem um outro contrato. Aqui eu pedia ajuda dos juristas, porque não sou, para me ajudarem a definir o que é um contrato elaborado entre as partes e que está exequível. No entanto, tenho aqui também outro contrato, é segundo caso, essa empresa assina com o Ministério da Educação. O Ministério da Educação confia à empresa a reabilitação e construção das casas da Quinta de Santo António, que estavam destinadas a residência dos directores e professores. Foi surpreendente para essa empresa, quando essas casas que deveriam ser reabilitadas e reconstruídas foram atribuídas ao grupo pestana, para construção de um jardim-de-infância. Retiraram a empresa completamente.

Pergunta essa empresa, como é que ficou o nosso contrato?

Eu falo disso, porque também fui animado pela injustiça, que se caracterizou aqui, que vivemos em São Tomé e Príncipe. A perseguição que está seguindo como se fosse uma bomba atómica, aqui em São Tomé e Príncipe. Desde que um elemento não faça parte da cor agradável a outros, ele é completamente excluído ou enterrado antecipadamente.

Sras. e Srs. Deputados, essas são as duas questões que me pediram para trazer, mas também, como Deputado da Nação, gostaria de partilhar o sentimento e a dor que vivem os nossos compatriotas, os Srs. Deputados irmãos Monteiros. Pela primeira vez, faço isso, porque se hoje são eles, amanhã será qualquer um aqui em São Tomé e Príncipe.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Joaquim Salvador.  
Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, faço esta intervenção para pedir uma explicação, se calhar à 1.ª Comissão, ou então à Mesa, não sei. É que uma colega do meu Grupo Parlamentar, uma colega que está na lista dos Deputados, que deveria tomar posse hoje, não tomou posse justamente porque houve um procedimento errado, mas também houve uma outra informação, julgo algo novo, em relação ao procedimento. Por isso, gostaria de saber o porquê, qual é esse argumento, qual é essa informação, porque não consigo ver e interpretar isso no Regimento. Disseram-me que estão a conjugar com o código do procedimento administrativo, e eu gostaria de ter informação.

Devemos proceder correctamente, antes de os Deputados virem da Região Autónoma do Príncipe, para não acontecer esses percalços.

Para o Governo, eu quero aqui chamar atenção, porque nós vivemos uma situação muito difícil na Região Autónoma do Príncipe. Com esta anormalidade pandémica, muitos cidadãos perderam seus empregos. Como sabem, o turismo era o ponto forte da Região e conjugava-se um pouco com alguns investimentos. Hoje não há turismo, não há investimento, não há emprego, e a situação está catastrófica! Jovens estão desempregados, não há saída!

Há 2 anos que não se investe no Príncipe, do ponto de vista infra-estrutural. É necessário que o Governo olhe para este aspecto também. Teremos o Orçamento, é lógico, mas já vi que não há investimento público para o Príncipe. Como é que vamos suprir esta falta de emprego? A coisa está a tornar-se complicada! A juventude está estrangulada, a sociedade do Príncipe parou! O Príncipe parou mesmo! E isso está difícil.

Por isso, chamo atenção ao Governo, para ter em consideração esse aspecto. É preciso encontrar saída, porque se não os jovens vão começar a pensar coisas erradas. Dizem que «a cabeça de homem desempregado é oficina do bicho mau».

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

Não se mudou qualquer procedimento sobre a tomada de posse de deputados substitutos. Apenas a Mesa decide em função do parecer que vier da Comissão de Regimento e Mandato, que neste caso é a 1.<sup>a</sup> Comissão. O parecer está elaborado, está nos Serviços, decidiu-se, por despacho, dar conhecimento aos requerentes. Portanto, o requerente pode solicitar uma cópia do parecer.

Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, é difícil habituar com o que se está a passar neste país, principalmente nesta Assembleia, a Casa do povo. Eu sou da juventude de 1975. Quer dizer, a minha mentalidade, eu já criei com outras situações, mas agora é difícil.

Srs. Deputados, Srs. membros do Governo, povo de São Tomé e Príncipe, nós temos que ter calma, se não vamos acabar com este país.

Eu estou a ver a situação que está a acontecer no País, quer dizer, vai chegar um momento em que nenhum governo conseguirá dirigir o País. Se nós não tivermos calma, o povo pode «tirar cavalinho da chuva».

Em São Tomé e Príncipe, a ignorância é demais, o ódio é demais, a inveja é demais, a ambição de poder, política pelo poder, é demais! Nós não podemos ter um país assim! Desde 1990, com tanta pessoa formada, cada vez o País está pior.

Eu estou triste, porque trabalhei durante 15 anos, as pessoas não tinham formação, mas o País era País mais alguma coisa. Credo!

*Risos.*

Meus senhores, temos que ter calma!

A Covid-19 deixou uma pobreza terrível, não é só aqui! Quer na Europa, quer nos países asiáticos, quer noutros países, todos os países têm problema! Países da África? Toda África, também tem problema. Nós temos problema! Eu estou consciente, na minha visão política, minha consciência política, eu sei que nós estamos mal, mas, meus senhores, vamos ter calma!

**Uma voz do ADI**: — Ele vai para casa.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Mesmo que este Governo vá para casa amanhã, nenhum governo conseguirá dirigir este País!

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — É?!

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Sim! Conforme as coisas estão a correr, quero dizer ao senhor pessoalmente, mesmo que este Governo vá para casa amanhã, se estivermos a tomar medidas, conforme as coisas estão, este País vai acabar. Meus senhores, é preciso calma! Se não houver calma, ninguém aguenta isso.

Eu não quero intervir no problema dos irmãos Monteiros, porque também são meus amigos.

Estou triste por eles, mas eu também estou triste por milhares de pessoas que têm as suas grades e que não receberam o dinheiro até agora. Fecharam os seus empreendimentos!

Meus senhores, não são só os irmãos Monteiros é que estão a sofrer. Quando discutimos, vamos discutir de uma forma geral! Há milhares de pessoas que têm os seus empreendimentos fechados, deram o dinheiro e não receberam a cerveja. Estão a dormir com fome. Não é só o irmão Monteiro que está a sofrer! Muita gente também está!

Eu estou triste com o que fizeram aos irmãos Monteiros, mas temos que ter calma, para resolver o problema. Vamos ter calma! Os problemas dos irmãos Monteiros podem ser resolvidos. Essas pessoas também que pagaram a cerveja também estão a enfrentar problemas, que têm que ser resolvidos.

Meus senhores, vamos ter calma! Se não, vamos matar este país, o País não tem vida.

O Sr. **Jorge Bondoso** (ADI): — Tem que assumir, o País já está morto.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Ambição poder e política pelo poder é demais!

Um país não pode funcionar com mentira. É triste! Eu ainda vou solicitar isso. Será que o Primeiro-Ministro não deixa a oposição fazer visitas? Isso é verdade? Não, eu não acredito. Vou procurar saber isso! Se não, não vale a pena eu estar nesta Bancada.

*Murmúrios do ADI.*

Será que isso é verdade? O Sr. Primeiro-Ministro tem que falar disso para o povo, porque a mentira tem pernas curtas. Tenho a absoluta certeza de que este senhor não é desta natureza. Ele não é daqueles que proíbe a oposição de fazer visitas...

*Murmúrios do ADI.*

...porque as visitas que a oposição efectua é que fortalecem o Governo, meus senhores.

*Murmúrios do ADI.*

Esse homem não tem essa ignorância, não tem esse espírito, para impedir que a oposição faça visitas. Sr. Presidente, eu fico por aqui, mas toda mentira tem pernas curtas. Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Vamos de imediato passar para os pontos da ordem do dia.

*Murmúrios.*

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, interpelação, artigo 99.º.

O Sr. **Presidente**: — Interpela-se a Mesa, sem iniciar? A interpelação é para orientar a Mesa! Ainda nem sequer iniciou, vem interpelar o quê? É uma coisa triste! É difícil entender! Ainda agora, o Sr. Felisberto chamou atenção para isso!

*Murmúrios gerais.*

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Tem que deixar o Presidente descansar.

*Murmúrios.*

O Sr. **Sebastião Pinheiro** (ADI): — Estamos em democracia!

O Sr. **Presidente**: — Democracia é isto? Ouviu-se falar! Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Muito obrigado, Sr. Presidente, meu amigo. Está cá já há 20 anos ou mais, eu estou cá há 10 anos e aprendi muito com o Sr. Presidente a citar o Regimento.

Sr. Presidente, eu tenho 2 minutos, por isso vou ser breve. Acho que todos os Deputados têm o Regimento, acompanhem-nos! Ao abrigo do artigo 99.º ponto 2: «Os Deputados podem interpelar a Mesa quando tenham dúvidas sobre as decisões desta ou a orientação dos trabalhos.» Os Deputados, orientação dos trabalhos.

Por isso eu interpelei a Mesa, Sr. Presidente, para dizer que, tendo em conta a agenda dos trabalhos de hoje, e o Presidente é o cumpridor do Regimento, a nova maioria veio para repor a legalidade, e vamos cumprir o Regimento. E no cumprimento do Regimento, a nossa reunião fica por aqui! Esta reunião não vai continuar! Esta reunião não vai continuar! Não deve continuar! Se continuar, será violação do Regimento. Por isso, eu vos remeto todos ao artigo 167.º do Regimento, na epígrafe Votação final global, que eu passo à leitura, Sr. Presidente, permita: «Finda a discussão e votação...», porque estamos a discutir o pacote...

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Eleitoral!

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — ...eleitoral, na sua versão final global. Foi feito reuniões de manhã, à tarde, só faltava à noite, e de acordo com o Regimento, os Deputados deviam receber o relatório, ou em folha avulsa, ou por publicação no Diário. Das duas, uma: depois de fechar, para não me enganar, eu vou ler para quem está lá em casa: «1: Finda a discussão e votação na especialidade...», estamos a falar de final global, ... «procede-se à votação final global.

2. Se aprovado em Comissão...», como foi o caso, «...o texto é enviado ao Plenário para a votação final global, na segunda reunião posterior à sua publicação no Diário ou à sua distribuição em folhas avulsas aos Deputados ou grupos parlamentares.» Então, quer dizer que algumas coisas foram feitas na Sexta-feira, outras, hoje. Então, publicados no Diário da Assembleia, nós só podemos proceder à votação final global na segunda reunião depois da sua publicação.

Sr. Presidente, no cumprimento do Regimento, não sendo isso, a reunião não pode continuar, para aprovar este pacote em votação final global. Terá que ser na segunda reunião depois da publicação de todos os relatórios.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Não é nada disso.

*Murmúrios do ADI.*

**Uma voz do ADI**: — Aceita.

O Sr. **Presidente**: — Não é absolutamente nada disso!

Qual é o texto que foi enviado ao Plenário, Sr. Deputado? Só para entender, a Mesa quer alguma explicação.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Em parte é que está?

O Sr. **Presidente**: — Sim, o texto que foi enviado ao Plenário?

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — A Mesa quer explicação! Eu fico satisfeito quando o Presidente me permite esclarecer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Obrigado, Presidente.

Eu disse que eu aprendi com o Sr. Presidente, nestes 10 anos que estou cá, e o Presidente pediu-me esclarecimento. Há uma agenda, o Sr. Presidente nos convocou, para virmos aqui discutir um assunto, o Secretário da Mesa leu a agenda e são esses relatórios, os relatórios de todos os trabalhos feitos nas Comissões, é que têm que ser publicados no Diário da Assembleia Nacional, para os Deputados tomarem conhecimento, poderem fazer a leitura. Tendo dúvida, para depois levantá-las aqui. Depois de ter sido publicado no Diário o relatório, ou distribuído em folhas avulsas, podia até não ser publicado, tem que ser discutido na segunda reunião posterior.

É o que está cá escrito, Presidente, eu não inventei, não fui eu que fiz o Regimento, eu não estou a fazer politiquice, só quero que todos os Deputados cumpram com o Regimento. E o Presidente disse, «a partir de agora é cumprimento do Regimento». Cumprindo o Regimento, Sr. Presidente, lamento, bloqueado!

O Sr. **Presidente**: — É preciso fazer uma interpretação disso.

**Uma voz do ADI**: — Oh!

*Murmúrios.*

Ninguém aqui é dono da verdade! Oh de quê? Foi feita uma proposta, estamos a analisar o Regimento! Oh de quê? Estamos a fazer uma interpretação disso. Todos devem pegar e fazer a interpretação, porque está confuso. O que é que se distribui no Plenário.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — No Plenário?

O Sr. **Presidente**: — Sim, a segunda, vejam o que diz, leiam bem! «Se aprovado em comissão...», foi aprovado em comissão, «...o texto é enviado ao Plenário para votação final global na segunda reunião posterior à sua publicação...».

*Murmúrios do ADI.*

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Nós não podemos avançar. Amanhã teremos uma primeira reunião, quer dizer, fica para a próxima reunião.

O Sr. **Presidente**: — É que há duas questões. Se é imperativo à segunda reunião e tendo já outra reunião com uma agenda amanhã, significa que temos que reunir a Conferência de Líderes e marcar, neste caso, outra agenda, porque já temos outra agenda para amanhã.

*Murmúrios.*

Aí é que está, mas é uma proposta feita por ...

*Murmúrios.*

... atenção que o Plenário é soberana!

*Murmúrios.*

O Plenário é soberano.

*Murmúrios.*

Eu só quero ouvir o pronunciamento de outros Grupos Parlamentares.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Isso é violação do Regimento. Sr. Presidente, mande para o Tribunal Constitucional!

**Uma voz do ADI**: — Amanhã não dá.

*Pausa.*

O Sr. **Presidente**: — A proposta é submetida à apreciação do Plenário. Portanto, teremos, amanhã, uma reunião plenária das 9 às 14, com os pontos que estão na ordem do dia de hoje. Os pontos que estão na ordem do dia de hoje passarão para amanhã, das 9 às 14.

A proposta está colocada ao Plenário, para pronunciamento.

Tem a palavra, pode pronunciar, em nome do seu Grupo Parlamentar.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — O Presidente, ao fazer uma proposta, quer dizer que já admitiu que não temos mais reunião plenária para hoje, para discutir os pontos. Assente.

Dois, sobre a proposta do Presidente, eu não consultei ainda o meu Grupo Parlamentar, é só para dizer que São Tomé e Príncipe, no contexto das nações, respeita muito aquilo que são compromissos. E nós, no quadro de cooperações entre Estados, e com os países de língua oficial portuguesa, teremos, amanhã, uma reunião solene da Assembleia dos Parlamentos, a Assembleia Parlamentar, desculpem a redundância, dos Parlamentos de Língua Oficial Portuguesa, que inclui Brasil, Timor Leste, Portugal e todos os seis países africanos de língua portuguesa, cinco mais um, os PALOP mais a Guiné Equatorial. Há uma reunião que começa às 9, 10 horas.

**Uma voz**: — 11!

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — 11 horas, sim, através das novas tecnologias de comunicação. Logo, há um compromisso que o Presidente da Assembleia deverá estar, bem como vários outros Deputados que fazem parte do Grupo AP-CPLP. Assim sendo, a proposta do Presidente, porque interessa-me também participar nessa reunião, porque sou membro, eu gostaria que nós, ou no segundo período, cumprimos com a agenda de hoje, ou mantemos já a agenda que está prevista para amanhã, e remetermos esta reunião de hoje para depois de amanhã.

É uma proposta mais justa e mais ideal, para não nos pôr assim a correr.

Sr. Presidente, é o que me ocorre agora, mas ainda vou consultar o meu Grupo sobre a decisão final. Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Nós temos que ser coerentes! Se disse que eu reconheço o que está no Regimento, então também deve reconhecer o que está no Regimento. Segunda reunião, não diz terceira. Logo, tem que ser amanhã! É o que está escrito, vamos respeitar!

Se eu estou a reconhecer o que disse, que é na segunda reunião, esta é a primeira, amanhã é a segunda. Imperativamente, temos que discutir.

*Murmúrios.*

E sobre a reunião da AP-CPLP, é salutar que todos os membros do Grupo Nacional estejam presentes, mas a intervenção amanhã será tão-somente do Presidente. E o Presidente pode suspender, um o Vice-Presidente pode continuar, enquanto vou fazer a intervenção de 5 a 8 minutos. Que fique bem claro! Portanto, isso não impede a nossa reunião plenária e, simultaneamente, a reunião da AP-CPLP. Isso é para esclarecimento!

Portanto, vamos ouvir outros Grupos Parlamentares relativamente à proposta e submeter à votação, se sim ou não.

Tem a palavra o Sr. Deputado Líder Parlamentar da Coligação.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Deputado Abnildo, eu quero falar, olhando para si, porque venho falar com o senhor. Muito obrigado.

É para dizer que eu tenho a certeza de que o Sr. Deputado Abnildo agiu de má-fé!

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Má-fé!

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Agiu de má-fé, porque estive na Conferência de Líderes Parlamentares que se fez para agendar esta reunião de hoje. E, na altura, mergulhou-se no silêncio, não contrapôs, não disse nada e deixou o momento para vir dar *show*. Agiu de má-fé!

Entretanto, Sr. Presidente, eu quero saudar-lhe, sim, por ter essa humildade de ter consultado ou reapreciado o que diz o Regimento e, para refugiar-me na história, e não ter proposto para continuar assim mesmo, ao arrepio daquilo que manda a Lei. Daí que, Sr. Presidente, nós convivemos pacificamente com a marcação da reunião para amanhã de manhã, até porque o interesse da República Democrática de São Tomé e Príncipe e dos seus filhos, eu entendo que está acima de qualquer outro.

Portanto, a reunião da AP-CPLP pode, sim, o Sr. Presidente ir fazer a intervenção depois voltar, mas temos tudo para amanhã de manhã reunirmos aqui e discutir esse pacote que visa o respeito daquilo que está na Constituição, no artigo 15.º, dar a todos os são-tomenses o direito de posicionarem-se de forma activa e passiva nas eleições legislativas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD, o Deputado Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, a humildade nos faz muito bem, parabéns!

Segundo, o nosso Grupo Parlamentar não vê qualquer inconveniência em que amanhã, às 9 horas, possamos cá estar e discutir os assuntos, com uma ressalva, sendo possível, sem o período antes da ordem do dia, porque é bom que ganhemos tempo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, uma interpelação apenas e trazer uma grande preocupação, quanto ao rumo que estamos a tomar nesta Casa Parlamentar. É bom que tenhamos consciência disto, porque estou no Parlamento há 10 anos e há 10 anos que sabemos que nem sempre o que está no Regimento da Assembleia Nacional, ou da forma como está, levou-nos a conduzir os nossos trabalhos sem alguma elasticidade no entendimento das normas regimentais. Estamos a entrar num caminho que nos vai amarrar amanhã. Falo como jurista e conheço as dificuldades que apresenta o nosso Regimento e as incongruências, algumas falhas. Diria que o Regimento foi feito no momento que foi e já sabemos, porque sempre nos deparamos com essas situações no Regimento, as coisas não batem certo com o nosso dia-a-dia parlamentar. Estamos a ser demasiadamente positivistas nas normas regimentais, o que nos vai criar problemas amanhã. Só estou a chamar atenção, para que todos tenhamos consciência do caminho que estamos a seguir.

Isto tem a ver com a situação dos próprios Deputados, nos seus direitos e deveres, porque isso entra a questão das faltas, pontualidade, assiduidade, um conjunto de coisas, se formos estritamente positivos naquilo que está na letra da lei do Regimento.

É um alerta que faço, porque tenho a certeza de que depois vamos esbarrar com a cara na parede, naquilo que está no Regimento.

O tempo há-de dar-me razão!

O Sr. **Presidente**: — Já há uma proposta, há reacção dos Grupos Parlamentares.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Quero protestar contra aquilo que o Líder da Coligação falou e o Sr. Presidente está a esquivar.

O Sr. **Presidente**: — Estou a esquivar?

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Dê-me a palavra para falar do Regimento.

O Sr. **Presidente**: — O problema é a pressa que o Sr. Deputado tem. Nem sequer deixa as pessoas concluir, interrompe para dizer que estou a esquivar. Até apetece mesmo não lhe dar a palavra. É triste! Já ouvimos posições contrárias a ...

*Murmúrios.*

Oiçam, eu é que estou a dirigir os trabalhos, ponto final, parágrafo, travessão.

*Aplausos do MLSTP/PSD.*

O Sr. **Salcedas Barros** (ADI): — A gente está cá a fazer o quê?

*Murmúrios do ADI.*

O Sr. **Jorge Bondoso** (ADI): — O meu Líder foi ofendido.

*Murmúrios do ADI.*

O Sr. **Presidente**: — Já terminou?

**Uma Voz do ADI**: — Não.

O Sr. **Presidente**: — Então, continue!

Como estava a dizer, há uma proposta feita pela Mesa, que já teve ocasião de ouvir as reacções contrárias dos Grupos. Portanto, o Grupo Parlamentar do ADI faz uma sugestão contrária à Mesa, mas os Grupos Parlamentares do MLSTP/PSD e da Coligação PCD/MDFM-UDD estão de acordo com a proposta. Pese embora, vamos submeter à votação.

No entanto, aquando da intervenção do Sr. Líder Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD, dirigiu-se directamente ao Sr. Líder Parlamentar do ADI e este quer fazer um protesto. Saiba que depois terá um contraprotesto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, pela minha educação familiar e por tudo quanto aprendi na vida, não gosto de responder às pessoas com as mesmas moedas, sob pena de baixar-me ao nível delas. Entretanto, Sr. Líder Parlamentar da Coligação, Deputado Danilson Cotú, com todo respeito, o povo não quer isso aqui. O povo não está à espera de troca de galhardetes entre mim e o senhor, dizer quem tem defeitos ou não, etc. etc.. Não é isso que o povo quer.

Eu levantei um assunto pertinente que tem a ver com o Regimento, cabia ao senhor dizer que concorda ou não e ponto final. Dizer que tenho má-fé, que agi de má-fé, ao evocar o Regimento?! Então?

Quando um ex-colega, o ex-Presidente da Assembleia faleceu, pedimos suspensão dos trabalhos e o senhor mandou continuar assim mesmo, e vem falar de má-fé?!

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Quem tem má-fé?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sou muito consequente com aquilo que digo e que bom que o Sr. Deputado tocou nisto, para a gente ver o nível de baixaria e de onde vem. Porque na Comissão, o que eu queria dizer e disse, expliquei aos meus pares do MLSTP/PSD, é que não era correcto que os familiares do malogrado soubessem da notícia através da rede social. Expliquei isso a todo mundo, mas como o seu nível está lá onde o senhor revelou aqui, o senhor veio trazer isso à carga novamente. Mas de si a gente entende e aceita esse tipo comportamento.

Entretanto, Sr. Presidente, deixe-me dizer, porque participo da Conferência de Líderes, sim, e havendo um ponto a ser agendado, se por algum motivo não concordamos com o mesmo, posicionamo-nos contra. Pelo menos, para ficar lá anotado que o deputado X, na qualidade de líder parlamentar, posicionou-se contra.

A questão que coloco, Sr. Presidente, é para a Mesa, houve esse procedimento da parte do Sr. Líder Parlamentar do ADI? Não houve, por isso é que digo que agiu de má-fé. Havia toda possibilidade de dizer que não concorda com o agendamento desse ponto, não o fez e vem agora dizer que eu é que estou a agir de forma errada?! Tenha paciência!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — A proposta está feita, houve reacções, amanhã vamos iniciar os trabalhos das 9 horas às 14 horas, com os pontos que estão na ordem do dia.

Se eventualmente for também de consenso do Plenário, amanhã, se concluirmos os trabalhos antes das 14 horas, poderemos incluir a questão do orçamento da Assembleia Nacional, mas sem votos contra. Que fique bem claro.

Volto a frisar, já temos uma agenda para amanhã, das 9 horas às 14 horas. Se houver consenso, inclui-se o ponto para análise e votação do orçamento da Assembleia. Se houver consenso, porque não poderá haver um único voto contra. Se houver voto contra, adia-se o orçamento da Assembleia para uma outra data qualquer.

Mas agora vou submeter à votação a proposta da reunião plenária para amanhã, com os pontos da ordem do dia que estavam previstos para hoje.

*Submetido à votação, foi aprovado com 28 votos a favor, 2 contra e 22 abstenções.*

Após a votação, fica assim agendada a sessão para amanhã.  
Desta forma, declaro encerrada a reunião.

*Eram 16 horas e 45 minutos.*

*Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:*

Acção Democrática Independente (ADI):

**Carlos** Manuel Cassandra **Correia**

**Paulo** Jorge **Carvalho**

Movimento de Cidadãos Independentes

**António** Monteiro **Fernandes**